

Algumas consequências da transformação advinda dos novos conhecimentos e métodos de produção e exploração do mundo

Por meio da ciência, a modernidade rompeu a aliança entre homem e Natureza. A partir de tal momento, a velocidade das transformações ocorridas não cessou de aumentar. A forma de acumulação de conhecimento, as transformações no meio de produção, a departamentalização do saber; todos estes fatores encadeados fizeram com que se operasse uma profunda transformação na face da Terra. Um momento crucial desta nova fase foi a eclosão da Revolução Industrial no século XVIII, que aumentou a produtividade do trabalho humano em proporções nunca antes vista.

Como decorrência do grande crescimento da produção industrial e econômica já no século XIX, começavam a se explicitar as primeiras consequências da nova forma de relação do homem com a natureza. Naquele século começaram a aparecer as primeiras provas que indicavam que o homem estava operando algumas transformações não desejadas na natureza. Florestas eram derrubadas com rapidez nunca antes vista, processo a que se seguia a erosão e perda de fertilidade dos solos. Alguns autores destacavam o papel do homem como transformador da natureza e denunciavam os efeitos catastróficos do desflorestamento excessivo. O processo de degradação promovido pela expansão econômica começava a deixar marcas indeléveis no meio ambiente.

Na atualidade, após pouco mais de dois séculos de grande desenvolvimento econômico promovido pela Revolução Industrial, o que se verifica é uma miríade de problemas sócio-ambientais como: os processos de urbanização acelerada; o crescimento e a desigual distribuição demográfica; a expansão do uso de energia nuclear; o consumo excessivo de recursos não-renováveis; os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; a contaminação tóxica dos recursos naturais; o desflorestamento; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático global, listando apenas os mais divulgados.

Nestes termos, a crise ambiental pode ser entendida como a crise de uma lógica de produção, mas, mais do que isso, é, principalmente, a constatação da lógica de transformação de recursos da natureza em objetos de consumo sendo levada ao paroxismo. Com tal comportamento, o homem está se transformando cada vez mais no principal causador de uma mudança ecológica, tanto em níveis globais quanto locais. Mudanças que põem em perigo a sua própria existência e, em particular, a das gerações futuras.

Em algumas análises, costuma-se atribuir à explosão demográfica a principal causa desse processo de exploração exagerada do meio ambiente. Antes disso, mas claramente correlacionada à expansão demográfica, a principal causa que podemos atribuir às mudanças ecológicas refere-se à forma de exploração econômica propiciada pelo grande avanço dos meios de produção - que possibilitaram uma utilização da natureza em um nível nunca antes alcançado

- e, conseqüentemente, pelo aprofundamento da exploração do trabalho e desenvolvimento concomitante da técnica. O que não quer dizer que estes melhoramentos e conquistas foram obtidos e planejados para a promoção da destruição da natureza.

Sob a lógica da dinâmica capitalista, em seu estágio inicial a natureza assumiu funções bem específicas, passando a ser entendida simplesmente em termos de recursos, com o objetivo de gerar e provisionar todos os materiais utilizados no processo produtivo; além de ter como segunda função, a de absorver os resíduos, que retornam ao ecossistema em forma de contaminantes, ou seja, de poluição. Esta lógica de crescimento econômico, porém, encontra seus limites na medida em que compromete o bem-estar das gerações futuras ao levar ao esgotamento de recursos relevantes (por exemplo, recursos energéticos fósseis); e também por exigir dos ecossistemas um nível acima de sua capacidade de regeneração e assimilação que provoca, em um horizonte mais amplo, o surgimento de seqüelas problemáticas, como é o caso do aquecimento global da atmosfera; ou seja, o problema não é mais apenas pontual e localizado, o que tem modificado a abordagem do tema.

Com efeito, a partir, principalmente, da década de 1960, a deterioração ambiental e sua relação com o estilo de crescimento econômico passaram a ser objeto de estudo e preocupação sistemática em âmbito internacional. Na história recente, as discussões sobre as questões ambientais têm se dividido entre as conseqüências negativas do crescimento e/ou os fracassos na gestão do nosso ambiente. Nesse quase meio século de debates, podem-se identificar três momentos marcantes que mostram a evolução no tratamento e percepção do tema:

- a Reunião de Estocolmo em 1972 – a primeira grande conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, que se seguiu à publicação do relatório do Clube de Roma, também chamado Relatório Meadows;
- o Relatório Brundtland, lançado em 1987 como resultado de uma comissão de estudos que cunhou as bases e o conceito de Desenvolvimento Sustentável; e
- a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" – CNUMAD (mais conhecida por "Rio-92"), que buscou o consenso internacional para a operacionalização do conceito do Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo desses eventos, podemos identificar a evolução do debate sobre a interação do homem em sociedade com o meio ambiente, e principalmente o aprofundamento das discussões em variados contextos espaciais e temporais. Se na década de 1970, a discussão principal era sobre a viabilidade ou não do crescimento - com os países subdesenvolvidos clamando por crescimento a qualquer custo -, nos anos 1980 e 1990, os problemas econômicos parecem ter se avolumado, e a discussão sobre crescer ou não foi substituída pelas formas de como isso se sucedia, ou seja, com a análise dos custos sociais que isto acarretava. Afinal, a única forma de se participar da lógica econômica parece ser consumindo (ampliando a lógica de exploração dos recursos naturais) e também produzindo, gerando mais trabalho, que é a forma de obtenção de renda, fundamental para a participação no jogo do mercado. Num cenário de crise econômica e de estagnação, o crescimento econômico parece ter se tornado imprescindível e a proposta de

crescimento zero, defendida por alguns ambientalistas, perdeu força, dada a necessidade de geração de empregos, este um flagelo muito mais próximo e visível para a maioria das pessoas.

Convivemos então com um cenário de crise econômica com baixa capacidade de geração de postos de trabalho (o que gera previsíveis desequilíbrios sociais) e uma crise ambiental que, a despeito de não sabermos precisamente em que estágio nos encontramos, reúne cada vez mais provas de que é uma questão premente, o que tem mobilizado diferentes atores sociais nos mais diferentes pontos do mundo. Paralelamente à emergência de tais questões, outro fator de grande destaque na atualidade é o desenvolvimento dos processos de informatização que tem trazido (e ainda deverá trazer) muitas transformações no modo de vida das pessoas.

TAYRA, , F. A crise ambiental e o papel das novas tecnologias da informação: além do domínio da técnica. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. VIII, núm. 170(41), 1 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-41.htm>>. Acesso em: 23/02/2008.

Questões

- 1) Explique de que forma a natureza era inicialmente entendida pelo sistema capitalista.
- 2) Explique de que maneira a Revolução Industrial mudou o relacionamento do homem com a natureza.
- 3) Explique quais são os impactos no meio-ambiente provenientes do pensamento capitalista.
- 4) Explique o que o grupo entende pela expressão “departamentalização do saber”, expressa no primeiro parágrafo do texto.
- 5) Explique o que o grupo entende por “desenvolvimento sustentável”. Cite dois exemplos de atitudes que a sociedade atual vem tomando em prol de um desenvolvimento sustentável.